Cadernos de estágio

O(a) coordenador(a) de ensino do NEI/CAp – UFRN: um(a) mediador(a) de práticas inclusivas na escola da infância

Silvia Cristiane Vieira Fonseca
Piedade Beatriz Ferreira de Almeida Silva
Cibele Lucena de Almeida
Elda Silva do Nascimento Melo

Como citar este texto

FONSECA, S. C. V.; SILVA, P. B. F. de A.; ALMEIDA, C. L. de; MELO, E. S. do N. O(a) coordenador(a) de ensino do NEI/CAp-UFRN:: um(a) mediador(a) de práticas inclusivas na escola da infância. Cadernos de Estágio, v. 6, n. 3, 2024. DOI: 10.21680/2763-6488.2024v6n3ID38592.



Cde
O estágio no Colégio de aplicação
a formação docente e os diálogos com a prática pedagógica

ISSN: 2763-6488

Resumo

O artigo em questão originou-se de dez observações realizadas durante a disciplina "Atividade Especial Coletiva Estágio Supervisionado III, em Coordenação Pedagógica", realizada no Núcleo de Educação da Infância, Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em outubro de 2018. A pesquisa tem por finalidade compreender qual o papel do(a) coordenador(a) pedagógico(a) na efetivação de práticas inclusivas realizadas na escola da infância, considerando a diversidade apresentada na instituição educativa. Para tanto, realizou-se um estudo de caso de natureza qualitativa, adotando-se como instrumentos para a construção dos dados, a observação e o registro em diário de campo. O referencial teórico consultado centralizou-se em Almeida (2005), Freire (1996), Mantoan (2015) e Orsolon (2005). Como resultado, verificou-se que as ações desenvolvidas pelas coordenadoras de ensino da escola possuem uma perspectiva inclusiva, pois os partícipes da instituição (crianças e servidores) têm seus direitos e subjetividades considerados desde o planejamento até a execução das experiências pedagógicas. As coordenadoras pesquisadas desempenham, portanto, um papel fundamental como mediadoras na efetivação das práticas inclusivas no NEI.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; coordenação Pedagógica; educação Inclusiva; diversidade; colégio de Aplicação.

Se cada ser é só um
E cada um com sua crença
Tudo é raro, nada é comum
Diversidade é a sentença
(Lenine)

A escrita deste artigo foi motivada por vivências acadêmicas e pessoais no Núcleo de Educação da Infância (NEI), Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mediante estágios na Educação Infantil e Coordenação Pedagógica da instituição, e observações específicas para determinadas disciplinas, durante a graduação em Pedagogia/UFRN.

A pesquisa se alicerça, especialmente, na experiência da Atividade Especial Coletiva do Estágio Supervisionado de Formação de Professores III e da Coordenação Pedagógica, durante o mês de outubro de 2018, quando foi despertado em nós o seguinte questionamento: como o(a) coordenador(a) de ensino do NEI promove/desenvolve práticas inclusivas no contexto da escola da infância?

Assim, o objetivo dessa pesquisa é compreender qual o papel da coordenação pedagógica do NEI para a efetivação de práticas inclusivas no contexto escolar. Nessa direção, a investigação caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa (André, 2005), e a construção de dados foi iniciada a partir das notas de campo e por meio de observação naturalística.

Segundo André (2005) a sensibilidade é uma característica necessária ao pesquisador que escolhe a metodologia de estudo de caso, sendo ela também importante no momento de análise de dados, pois o pesquisador não dispõe de um conjunto de procedimentos padronizados para serem seguidos passo a passo, tendo que se valer basicamente de sua intuição, criatividade e experiência pessoal quando tiver que olhar para o material coletado, no intuito de compreender o significado dos conteúdos e das mensagens nele contidos. O referencial consultado para essa reflexão está centrado nos estudos de Almeida (2005), Freire (1996), Mantoan (2015) e Orsolon (2005).

O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro ponto, buscamos abordar a inclusão de forma mais ampla, considerando não só as questões relativas às Necessidades Educacionais Especiais – NEE, mas também, às diferenças de classes sociais, étnicas e outras. Num segundo momento do trabalho, discutimos sobre a atuação/função do coordenador de ensino na instituição educativa e, por fim, analisamos as ações da coordenação do NEI, partindo da forma como as profissionais lidaram com as dificuldades individuais apresentadas pelas crianças, sejam de ordem cognitiva, emocional e de relações com as famílias.

Que inclusão é essa?

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos os brasileiros (BRASIL, 1988) e para que esse direito aconteça de forma incontestável, Mantoan (2015) nos diz que é necessário que a escola trabalhe em uma perspectiva inclusiva, estando preparada para atender a diversidade apresentada "no chão da sala". Somos todos diferentes, e a partir desse pressuposto, devemos lutar pela igualdade de direitos; uma luta preconizada com e a partir de nossas diferenças.

Quando se trata de Educação Inclusiva, é comum que se faça uma associação com a Educação Especial, relacionando essa inclusão apenas às crianças com necessidades educacionais especiais, sejam essas necessidades físicas ou intelectuais. Porém, a educação genuinamente inclusiva, além de fazer o atendimento às crianças com necessidades especiais ou público alvo da educação especial, deve abranger, também, questões que dizem respeito às diferenças encontradas em sala de aula: como as desigualdades sociais, as diferenças culturais, de etnias e outras, considerando, inclusive, as especificidades de cada criança, principalmente, aquelas que estejam necessitando de maior atenção em relação aos conflitos, tanto de ordem cognitiva quanto emocional.

No que concerne às políticas públicas que possibilitaram às crianças com necessidades especiais o acesso às salas de aula do ensino regular, apesar dos avanços das últimas duas décadas, desde a Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, à criação da Lei nº 13.146, de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a inclusão só será efetivada, se essas crianças estiverem, de fato, participando ativamente e dentro de suas possibilidades, das atividades realizadas pelos demais colegas. Permitir, apenas, que essa criança, amparada pela lei, esteja em uma sala de aula do ensino regular, sem fazê-la se sentir como membro ativo e participante da turma, não é inclusão.

Para Mantoan (2015) a "integração" de uma criança em sala de aula, principalmente das que possuem necessidade especial, não é "inclusão". Ela explica que os dois vocábulos – integrado e incluído - têm significados semelhantes, mas são incompatíveis, já que a integração diz respeito à inserção parcial da criança em sala de aula, necessitando de serviços educacionais segregados, e a inclusão implica em uma mudança na forma de ensinar, que atinja a todas as crianças, de forma geral, o que engloba as crianças com necessidades especiais e as com dificuldades de aprender.

É importante ressaltar a necessidade de que a escola tenha um apoio no que diz respeito à educação especial, para que ela possa fazer um trabalho mais minucioso em relação às atividades realizadas em sala, dando um suporte aos professores no atendimento às crianças e contribuindo no trabalho de inclusão. Segundo Fávero (2008), o atendimento educacional especializado é um instrumento que leva à concretização da educação inclusiva.

Compreender a singularidade de cada criança, já é um bom começo para que o professor possa trabalhar a inclusão. Através dessa percepção, o docente poderá se "desviar" da tendência uniformizadora tradicional e ter uma visão mais ampla a respeito de cada um de suas crianças, atendendo, dentro do possível, as suas especificidades (Brasil, 2004). Nessa direção, Freire (1996, p.12) nos diz, que:

> Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. (Freire, 1996, p.12)

Para que a educação seja efetivamente inclusiva, é preciso, portanto, uma transformação da escola, principalmente em relação à forma de educar, ultrapassando a ideia de uma educação conteudista, que valoriza práticas que preparam a criança essencialmente para que a mesmo avance na próxima série a ser cursada, e posteriormente no exame do vestibular (Mantoan, 2008).

Assim, Mantoan (2008, p. 60) conclui que:

> Recriar o modelo educativo refere-se primeiramente ao que ensinamos aos nossos alunos e ao como ensinamos para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos e revolucionários, pessoas que têm de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano (Mantoan, 2008, p. 60).

É preciso um olhar mais sensível para a heterogeneidade das crianças e suas realidades, e nesse sentido, o trabalho dos gestores e funcionários da escola é tão importante quanto o do professor. Por meio das professoras e professores, os gestores obterão informações sobre o que acontece "de perto" com as crianças, podendo atuar em comunhão com os docentes, os funcionários e familiares da instituição educativa.

Ao trabalhar pedagogicamente em uma perspectiva de inclusão, a escola necessita da contribuição indispensável de toda a comunidade escolar, visando uma formação integral da criança. Logo, é preciso combater o preconceito e fazer com que as famílias e a sociedade em geral consigam enxergar que a convivência entre as

crianças “com e sem deficiência”, com diferentes culturas, línguas, credos, etnias e classes sociais contribuirá na formação dessas crianças, construindo relações humanas que primam pelo respeito às diferenças e pelo amor ao próximo.

Com a democratização da escola pública, especialmente na última década, houve uma abertura para o ingresso de crianças dos mais diversos grupos sociais, mas a escola não fez o mesmo em relação aos conhecimentos trazidos por elas para dentro de seus muros. Diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas e de gênero, entre outras são realidades presentes na escola, e ter um maior zelo e atenção para esses aspectos é uma condição essencial para trabalhar a inclusão, sendo elemento imprescindível na formação humana, tanto das crianças, como também, dos diversos sujeitos que compõem a comunidade escolar – professores, funcionários e familiares envolvidos (Mantoan, 2015).

O papel do(a) coordenador(a) pedagógico no século XXI

As transformações que aconteceram na sociedade durante o final do século passado (valorização da infância; compreensão da criança como sujeito pensante e construtor da história e da cultura; entendimento da função primordial da educação da infância- educar/cuidar/brincar/incluir e do papel do professor como um mediador do processo de ensino-aprendizagem) repercutiram em mudanças diretas na organização escolar. Essas mudanças foram definindo novos parâmetros para os trabalhadores da educação, e um novo perfil foi se definindo para o coordenador pedagógico que, anteriormente, tinha suas funções compartilhadas com o orientador educacional.

O(a) coordenador(a) trabalhava no atendimento aos professores em reuniões que planejavam e discutiam sobre os métodos e técnicas pedagógicas, e o(a) orientador(a) atendia às crianças, auxiliando em questões relativas aos estudos, ao atendimento psicológico e familiar.

Atualmente, as funções de coordenador(a) pedagógico(a) e de orientador(a) educacional foram integradas. Com as novas exigências pedagógicas que passaram a compreender a grande diversidade apresentada pelas crianças na instituição educativa e a necessidade de valorizar os conhecimentos trazidos por elas, dentre outras demandas, o(a) coordenador(a) de ensino passou a ter muito mais problemáticas a resolver, principalmente no que se refere às relações entre professores e crianças, incluindo também as famílias e todo o contexto que envolve o dia a dia na escola (Almeida et al, 2005).

Almeida (2005) afirma que as relações interpessoais confortáveis são recursos

que ajudarão o coordenador(a) a manter um grupo coeso para que seus objetivos sejam alcançados. Ele revela que: “o coordenador pedagógico precisa desenvolver nele mesmo, e nos professores, determinadas habilidades, atitudes e sentimentos que são sustentáculo da atuação relacional: olhar, ouvir, falar, prezar” (Almeida, 2005, p.70).

Além de um(a) mediador(a) das relações interpessoais, o(a) coordenador(a) pedagógico(a), hoje em dia, é, antes de tudo, um(a) articulador(a). A partir de suas ações, junto com a direção, os professores e os demais funcionários, sejam elas em problemáticas administrativas ou pedagógicas, o(a) coordenador(a) vai caracterizando o trabalho que é feito na escola. A esse respeito, Orsolon (2005, p.20) acrescenta que:

> O coordenador, quando planeja suas ações, atribui um sentido ao seu trabalho (dimensão ética) e destina-lhe uma finalidade (dimensão política) e, nesse processo de planejamento, explicita seus valores, organiza seus saberes para realizar suas intenções político – educacionais. Exerce, portanto, a consciência de sua sincronicidade. (Orsolon, 2005, p.20)

As decisões e encaminhamentos da coordenação mediante a estruturação de planejamentos com a equipe pedagógica, vão definindo as formas e modelos que serão trabalhados na docência, e, dessa forma, os coordenadores poderão se constituir como agentes efetivos de mudanças. Por exemplo, quando incentivam e participam do processo de formação continuada dos professores, assumindo o papel de formadores, por meio de reflexões e pesquisas que problematizam o cotidiano da escola, que contribuirão com o trabalho do professor e atingirão, qualitativamente, as crianças – foco de todo o processo educativo.

De forma crítica, atuante, afetuosa e comprometida, os coordenadores pedagógicos contribuirão com as transformações necessárias dentro da escola, e consequentemente, vão se transformando enquanto profissionais e sujeitos humanos que agregam experiências, aprendem com as histórias e conflitos, crescem em sensibilidade e empatia (Orsolon, 2005).

As coordenadoras pedagógicas e as práticas inclusivas do NEI

O Núcleo de Educação da Infância/NEI caracteriza-se como uma unidade suplementar vinculada ao Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O NEI constitui-se, ainda, como uma escola da infância que trabalha a inclusão de crianças entre 1 e 11 anos de idade, para muito além das questões relativas às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Essa postura já começa a se definir desde a forma de ingresso das crianças à instituição, mediante sorteio público, que tem apenas como critério, a faixa etária de entrada das crianças (geralmente, para o Berçário 2, no mínimo 1 ano de idade

completo até 31 de março do ano letivo pretendido e, para a Turma 1, no mínimo 2 anos de idade completos até 31 de março do ano letivo pretendido).

Apesar de existir desde o ano de 1979, a concorrência por ampla demanda começou a ser instituída no ano de 2010; sendo firmada pela Resolução nº 013/2013 – CONSUNI, de 18 de outubro de 2013[1]. Portanto, já podemos considerar inclusiva a forma de acesso ao sorteio do NEI, mediante edital publicado no site da unidade e sem impedimentos de qualquer natureza (financeira, cultural, étnica, dentre outras). O sorteio de vagas foi uma solução encontrada pela instituição, na tentativa de democratizar o ingresso das crianças ao NEI.

Mais recentemente, a partir de 2022, o edital nº10/2022 evidencia um sistema de cotas sociais, estruturado com o seguinte quantitativo: 50 % das vagas do sorteio público foram destinadas à ampla concorrência (AC), 45% das vagas à crianças que se inserem no Perfil Socioeconômico (PSE - baixa renda) e no Perfil Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e 5% das vagas reservadas às crianças consideradas Pessoas com Deficiência (PCD).

No senso comum, algumas pessoas criticam e outras aprovam essa forma de sorteio, mas sendo assim encaminhada, surge a oportunidade da convivência igualitária de crianças com realidades sociais diferentes. Partindo desse pressuposto, compreendemos que a escola promove, de forma natural, a inclusão, pois as crianças, desde cedo, vão convivendo com outras que possuem costumes e formas diferentes de viver, e essa diversidade sociocultural muito enriquece a formação humana dessas pessoas.

Importante também acrescentar que o edital que antecede o sorteio estipula o número de vagas para crianças com necessidades educacionais especiais, determinando uma vaga por turma.

Diante dessa diversidade, os coordenadores pedagógicos do NEI vão mediando o trabalho com os professores, com a direção e com os demais servidores da equipe pedagógica (auxiliares de creche e bolsistas), no atendimento às crianças e às famílias; o que foi observado no decorrer da pesquisa.

Durante a investigação pudemos ver que as duas coordenadoras de ensino, uma da Educação Infantil e outra do Ensino Fundamental, desenvolviam múltiplas funções: remanejamento entre professores em caso de ausências, planejamentos com professoras e professores; atendimento aos pais; reuniões com a diretora da insti-

1 Até o ano de 2010, o NEI abria editais que destinavam vagas para filhos de pessoas diretamente vinculadas à UFRN – servidores, professores e alunos da graduação. No entanto, com a democratização do ensino, combate a qualquer forma de privilégio social e luta por direitos igualitários aos cidadãos, a partir desse período e fortalecidos pela Resolução nº 013/2013, os editais para sorteio são totalmente abertos à sociedade brasileira.

tuição; elaboração de calendários das atividades e eventos; organização de eventos; recebimento de turmas em visitas técnicas e supervisões de estágio obrigatório, dentre outras. Atuações que demandam organização e dinamismo, e nas quais é preciso ser capaz de resolver problemas e mediar conflitos.

Ao longo dos planejamentos das coordenadoras com os professores, era visível a preocupação das gestoras em relação às situações das crianças com diversos tipos de problemas: familiares, financeiros e de aprendizagem, na tentativa de ajudá-las, dentro de suas possibilidades.

As coordenadoras pedagógicas observadas procuravam olhar as crianças conforme as suas singularidades, não sendo uma percepção homogeneizadora, mas direcionada a desenvolver ações que possibilitassem o bem-estar dessa criança na instituição educativa.

Durante a investigação pudemos ver que as duas coordenadoras de ensino, uma da Educação Infantil e outra do Ensino Fundamental, desenvolviam múltiplas funções: remanejamento entre professores em caso de ausências, planejamentos com professoras e professores; atendimento aos pais; reuniões com a diretora da instituição; elaboração de calendários das atividades e eventos; organização de eventos; recebimento de turmas em visitas técnicas e supervisões de estágio obrigatório, dentre outras. Atuações que demandam organização e dinamismo, e nas quais é preciso ser capaz de resolver problemas e mediar conflitos. Ao longo dos planejamentos das coordenadoras com os professores, era visível a preocupação das gestoras em relação às situações das crianças com diversos tipos de problemas: familiares, financeiros e de aprendizagem, na tentativa de ajudá-las, dentro de suas possibilidades. As coordenadoras pedagógicas observadas procuravam olhar as crianças conforme as suas singularidades, não sendo uma percepção homogeneizadora, mas direcionada a desenvolver ações que possibilitassem o bem-estar dessa criança na instituição educativa.

As singularidades e experiências individuais de cada criança devem ser aproveitadas para que o ensino e aprendizagem sejam mais satisfatórios e para que haja uma troca real de saberes entre as crianças. Assim, o trabalho da coordenação pedagógica do NEI se faz presente nos momentos de estudo e formação dos professores, o que foi observado em 10 encontros. Nós, enquanto estagiários e, posteriormente, investigadores, tivemos, também, momentos de estudos que se repetiram ao longo do processo de imersão na escola.

Segundo Orsolon (2005), quando o coordenador assume a função de formador, durante a formação continuada dos professores, ele faz com que o professor perceba que a função transformadora deve estar inerente à proposta da escola, possibilitando, ainda, que esse professor faça de sua prática objeto de reflexão e pesquisa, problematizando e transformando o seu cotidiano teórico-prático.

Nessa direção, a equipe pedagógica do NEI tem trabalhado e se dedicado a estudar para mediar os conflitos entre crianças, como, por exemplo, no caso da ocorrência de bullying – comportamento intencional e premeditado, articulado de forma

repetitiva de agressão verbal, psicológica ou física adotado no ambiente escolar ou fora dele (Melo, 2010).

Além disso, acontecimentos que envolviam o cotidiano da escola, eram problematizados com as crianças na busca por soluções, como por exemplo, algumas dificuldades geradas no trânsito do entorno da escola, especialmente no momento da chegada e da saída das crianças e em função do descumprimento de regras de trânsito cometido pelos motoristas, que, no caso, eram os pais e responsáveis.

As coordenadoras relataram desentendimentos ocorridos entre os pais, o que motivou os professores a conversarem com as crianças sobre o tema e, a partir de então, surgiu a ideia de fazer a campanha sobre o trânsito.

A campanha foi incentivada pela coordenação pedagógica, organizada pelas crianças e pelos professores, a partir de cartazes, panfletos e outros gêneros textuais trabalhados com as turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os materiais de conscientização às famílias foram entregues pelas crianças no horário da saída em frente ao NEI, em uma mobilização coletiva e engajada. Em atividades como essa compreendemos que o NEI promove a inclusão quando envolve as crianças nas temáticas do cotidiano da escola e considera que o envolvimento de toda a comunidade escolar é de grande importância no trabalho do coordenador.

Logo, o NEI é um Colégio de Aplicação que privilegia a diversidade e as leituras que as diversas crianças fazem sobre si e sobre o mundo. A respeito dessa questão, Paulo Freire (1996, p. 81) contribui ao declarar:

> Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura de mundo" que precede sempre a "leitura da palavra" (Freire, 1996, p. 81).

Buscar atentar para experiências de vida das crianças e de sua comunidade é abrir espaço para uma escola cada vez mais plural.

Outro dado importante referente à coordenação de ensino e suas práticas inclusivas diz respeito ao fato de que as coordenadoras do NEI são, também, professoras efetivas da unidade. Os coordenadores são eleitos pelo coletivo de professores, com a missão de ocupar, temporariamente, o cargo de gestão, num período de 2 anos, podendo ser reconduzido por até, no máximo, mais dois anos.

O fato de o coordenador ser um professor que já atuou em sala de aula favorece a sua compreensão em relação às crianças e suas necessidades. E essa estreita relação faz com que o trabalho na coordenação tenha uma visão mais ampla do cotidiano infantil, podendo auxiliar de forma mais realista aos professores, crianças

e famílias. Durante as observações de reuniões com os professores, a empatia das coordenadoras com eles e com o que acontecia na dinâmica pedagógica foi visivelmente percebida por nós.

Considerando a importância da escola também ser o lugar da inclusão, durante as observações de nosso estudo, percebemos que a coordenação do NEI tem conseguido êxito nos que diz respeito à diversidade, por se tratar de uma instituição que além de responsável pelo ensino de crianças e estagiários supervisionados – alunos das licenciaturas da UFRN, dedica-se a pesquisas e projetos de extensão que trazem a tônica da inclusão como seu principal expoente.

Sobre a pesquisa trazemos as contribuições de Corazza (2011, p.7), quando afirma que "é por meio da pesquisa-docência, artistadora de variações múltiplas, que a educação pode produzir ondas e espirais, compor linhas de vida e devires reais; promover figuras ativas e desterritorializações afirmativas". Ou seja, no conjunto de uma docência que tem por atributo a pesquisa, o professor ou professora, torna mais largas as suas visões e ações sobre o fazer docente, permitindo-se sair das questões, já tanto discutidas, e buscar outras formas de atuar.

A respeito do atendimento às crianças com Necessidades Educacionais Especiais, a instituição disponibiliza em seu site algumas informações sobre o trabalho desenvolvido, a partir da mediação dos coordenadores e professores da equipe, exposto a seguir:

> A Educação Inclusiva somente se efetiva se as situações de aprendizagem puderem atender as demandas individuais e coletivas, por meio de ações/estratégias adequadas a cada situação não só da criança, do grupo como também da família. Para tanto, organizadores do trabalho foram construídos pela equipe como:
> • Inserção da criança desde o Berçário 1, o que possibilita o desenvolvimento de laços socioafetivos com a turma durante seu processo de escolarização na instituição;
> • Acolhimento e entrevistas sistemáticas com a família;
> • Interlocução com os outros profissionais que atende a criança fora da escola;
> • Atendimento pedagógico no contra turno utilizando estratégias e recursos específicos individualizados;
> • Definição de objetivos para cada criança em cada trimestre, semestre e ano letivo;
> • Escrita de relatórios descritivos, em cada trimestre, contendo as conquistas e dificuldades da criança;
> •Construção de tarefas de casa contextualizadas, com orientações para a família segundo os objetivos e possibilidades de cada criança;
> • Uso da agenda como forma de comunicação entre a escola e os familiares (Disponível em: http://www.nei.ufrn.br/instituicao/proposta . Acesso em 01.maio.2019).

As crianças com necessidades especiais trabalham com as outras crianças fazendo as mesmas atividades, dentro de suas possibilidades e tendo respeitados os seus próprios limites, o que foi constatado durante dois dias em que estivemos observando turmas na Educação Infantil e do Ensino Fundamental e, também, em

oportunidade de observação no NEI para outras disciplinas do curso de Pedagogia/UFRN. A inclusão no NEI acontece! As crianças são valorizadas e respeitadas, tanto pelos professores como pelos seus pares.

Outra questão importante é o trabalho realizado pela coordenação de ensino junto à coordenação de inclusão, setor criado no ano de 2018 e o responsável direto pelo acompanhamento do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças público-alvo da educação especial, pela promoção de eventos, discussões e ações voltadas à inclusão. Desde o ano de 2017, a equipe do NEI tem submetido um projeto de extensão, intitulado "Inclusão escolar: ateliês de formação e trocas de experiências multidisciplinares", atualmente vinculado à coordenação de inclusão.

Outra ação inclusiva envolvida na prática dos professores e orientada pelo coordenador de ensino é o Atendimento Pedagógico para as crianças:

> O Atendimento Pedagógico acontece preferencialmente a partir da turma 4 (Educação Infantil). Consiste no atendimento individual oferecido às crianças que necessitem de assistência para sua aprendizagem e desenvolvimento. Este acontece no horário oposto ao de sala de aula, ministrado pelos professores, sendo as crianças e seus familiares comunicados com antecedência acerca do horário agendado para o apoio pedagógico. Para as crianças do Ensino Fundamental, este serviço, corresponde à atividade de recuperação.(Disponível em: http://www.nei.ufrn.br/instituicao/proposta . Acesso em 26 nov. 2018).

Como um direito da criança e serviço oferecido pela escola, o atendimento pedagógico foi iniciado para atender às crianças do 1° Ano que apresentavam ritmos mais lentos na aquisição da linguagem escrita e, posteriormente, foi ampliado para das Turmas 4 até o 5° Ano, com o objetivo de que as crianças tenham acesso ao currículo do NEI, levando em consideração seus ritmos e processos individuais.

Durante os planejamentos, as coordenadoras pedagógicas buscavam saber sobre o desenvolvimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, encaminhando propostas de atividades inclusivas.

> Os defensores da inclusão baseiam-se na ideia de que para incluir com sucesso, na escola, todas as crianças – inclusive as que apresentam altas habilidades/superdotação, déficits sensoriais, físicos, intelectuais, múltiplos e transtornos do desenvolvimento – esta precisa se modificar. Tal mudança envolve o movimento de aceitá-los como são, com suas especificidades e necessidades educacionais, buscando ao mesmo tempo projetar, ajustar e aplicar programas e ações de forma a atendê-los. Aos poucos, vem sendo reconhecido o fato de que não se pode exigir que a criança com necessidades educacionais se adapte às exigências escolares, mas, sim, que a escola se adapte às suas condições (Martins apud Martins, 2011, p. 38).

Ainda sobre inclusão, outro destaque foi a coordenação de ensino ter organizado uma homenagem para os servidores, no dia do servidor público (28 de outubro). A coordenação, em colaboração com as estagiárias supervisionadas, convidou um cantor da terra para que, junto com as crianças, no pátio da escola, cantassem para os servidores.

Dias antes, a coordenação, juntamente com as crianças e seus pais, fizeram uma homenagem aos professores, pelo dia do professor (15 de outubro). Essas atitudes demonstram que os profissionais analisados valorizam os trabalhadores da comunidade escolar, e que essa ideia parte de uma premissa inclusiva, na qual todos são devem ser contemplados e reconhecidos nos fazeres e afetos de uma instituição da infância.

As portas da Coordenação pedagógica seguem abertas

A realização do presente estudo possibilitou uma reflexão sobre o papel das coordenadoras pedagógicas como mediadoras na efetivação das práticas inclusivas no Núcleo de Educação da Infância – NEI/CAp/UFRN.

Os desafios encontrados na coordenação de ensino são muitos, contudo os profissionais pesquisados trabalharam de forma democrática, na intenção de imprimir a marca da qualidade e sensibilidade no atendimento às crianças do NEI.

Nessa experiência investigativa, constatamos que as coordenadoras promoveram, em seu cotidiano, ações de inclusão levando em consideração as especificidades de cada pessoa, sejam crianças ou profissionais da equipe pedagógica. Portanto, a inclusão acontecia de forma efetiva, com significado.

As falas das coordenadoras foram condizentes com as suas ações, uma vez que demonstraram conhecer a escola de forma integral, o que lhes possibilitava um trabalho mais direcionado para cada necessidade pedagógica da instituição. Isso se justifica no fato de as coordenadoras serem professoras do NEI, que estão temporariamente na função de gestoras, o que contribuiu para que elas possuíssem uma visão mais ampla do contexto escolar, com um olhar afetivo não só para as crianças com necessidades especiais, mas também para as crianças com outros tipos de dificuldades e problemas.

Finalizamos esse artigo levando grandes contribuições para as nossas práticas docente, tendo em mente que uma coordenação pedagógica inclusiva se faz em comunhão com outros setores e agentes da instituição (direção, professores, auxiliares de creche, bolsistas, estagiários supervisionados, familiares, profissionais externos que acompanham as crianças) e que a inclusão escolar é muito mais ampla do que se imagina.

Ao buscar estratégias de ensino, promover o diálogo formativo e dedicar-se à pesquisa que contempla as diferenças como uma forma de agregar os sujeitos escolares, em participações ativas no processo de ensino-aprendizagem, as coordenadoras do NEI foram muito além, quando se trata de inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cibele Lucena de. SOUZA, Danielle Medeiros de. OLINTO, Nívea Priscila. **Herói ou vilão? O coordenador pedagógico na ótica da criança**. XII Seminário de Pesquisa do CCSA: Universidade, Direitos e Diversidade, Natal - RN, 2006.

ALMEIDA, L. R. O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. ALMEIDA, L. R; PLACCO, V. M. N. S. (orgs). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.** 4 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2005.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Caderno 3: Conselho Escolar e o Respeito e a Valorização do Saber e da Cultura do Estudante e da Comunidade. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12619-publicacoes-dos-conselhos-escolares. Acesso em: 16 de abril de 2019.

BRASIL. Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015.
Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, julho de 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). **Diário Oficial da União**:Brasília, DF, dezembro de 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CORAZZA, S. M. **A formação do professor-pesquisador e a criação pedagógica.** Revista da FUNDARTE, Montenegro, RS, ano 11, n. 21, p. 13-16, 2011a.

FÁVERO, E. A. G. Crianças com deficiência e seu direito à educação: trata-se de uma educação especial? MANTOAN, M. T. E (orgs). **O desafio das diferenças na escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREIRE.P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 81. (Coleção Leitura).

LENINE. Diversidade. Disponível em: https://www.letras.mus.br/lenine/diversidade/. Acesso em 20 de maio de 2018.

MANTOAN, M. T. E. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. **O desafio das diferenças na escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar - o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, L. de A. R. **Educação Inclusiva**. Fundamentos em educação inclusiva. Natal: EDUFRN, 2011. P. 37-40.

MELO, J. A. **Bullying na escola**: como identificá-lo, como preveni-lo, como combatê-lo. Recife: EDUPE, 2010.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. ALMEIDA, L. R; PLACCO, V. M. N. S. (orgs). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.** 4 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Proposta pedagógica do Núcleo de Educação da Infância (NEI)**. Natal: UFRN, 2021. Disponível em: https://nei.ufrn.br/instituicao/proposta . Acesso em 18 de abril de 2019.